

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA NO IMPÉRIO (1839-1890)

THE PUBLIC INSTRUCTION IN THE MUNICIPALITY OF VIÇOSA AT THE EMPIRE (1839-1890)

Denilson Santos de Azevedo¹

RESUMO: O artigo trata da investigação sobre os primórdios da instalação da instrução pública no município de Viçosa, estado de Minas Gerais, durante a vigência do regime imperial no Brasil (1822-1889), com um mapeamento das primeiras cadeiras de ensino criadas no perímetro aproximado em que atualmente se situa a microrregião que tem esta cidade como sede. O relato sobre a história e a educação remete a uma abordagem sobre a história local enquanto categoria espacial e temporal em que vai se instituindo a instrução elementar, a partir de fontes primárias localizadas no Arquivo Público Mineiro (APM), mais precisamente no Inventário do Fundo de Instrução Pública da Província de Minas Gerais, que guarda documentos produzidos ou recebidos entre 1827 e 1892, e no arquivo da câmara municipal, em que o Caderno de Atas (1877 – 1881) traz um quinquênio de informações sobre a ação dos dois primeiros presidentes do poder legislativo municipal viçosense.

PALAVRAS-CHAVE: Instrução Pública. Império. Minas Gerais. Viçosa.

ABSTRACT: The article deals with the investigation to the beginnings of public education installment in the municipality of Viçosa, state of Minas Gerais, during the imperial regime in Brazil (1822-1889), with a mapping of the first teaching chairs created in the approximate perimeter in which is currently located the microregion that has this city as its headquarters. The report on history and education refers to an approach to local history as a spatial and temporal category in which elementary education is instituted, from primary sources located in the Public Archive of Minas Gerais (APM), more precisely in the Inventory of the Fund of Public Instruction of the Province of Minas Gerais, which keeps documents produced or received between 1827 and 1892, and in the archive of the city council, in which the Records Notebook (1877-1881) brings a five-year period of information on the action of the first two presidents in the municipal legislative power.

KEYWORDS: Public Instruction. Empire. Minas Gerais. Viçosa.

O artigo trata da investigação a respeito do município enquanto conceito e unidade de observação histórica e educativa tomando como objeto de estudo o

¹ É professor Associado IV do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1993) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2005), com estágio de pós-doutorado na Universidade de Lisboa (2017), atuando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFV) e colaborando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFV), nível de mestrado acadêmico e profissionalizante respectivamente, e em cursos de graduação. É sócio fundador da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e avaliador de cursos de bacharelado e licenciatura do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando também nas temáticas de educação e patrimônio histórico e educação contemporânea. E-mail: dazevedo@ufv.br

município de Viçosa², que se localiza na mesorregião³ da Zona da Mata do estado de Minas Gerais, durante a vigência do regime imperial no Brasil (1822-1889), sobretudo, a partir da década de 1870, decênio que assinala a emancipação político-administrativa da então freguesia de Santa Rita do Turvo, no ano de 1876.

Tal estudo resultou do questionamento à “difusão da ideia, presente sobretudo em Fernando de Azevedo, [...] de que a educação imperial não passou de um hiato entre épocas de grande desenvolvimento educacional, o período colonial (antes de Pombal) e a República” (LOPES e GALVÃO, 2001, p.34), ao identificar, em contraposição a essa concepção, dados e informações sobre diversas escolas providas pela então província de Minas Gerais, em diferentes documentos existentes no Arquivo Público Mineiro (APM).

A constatação da existência destes registros sobre a história da instrução pública de Minas Gerais durante o período imperial cotejada com a assertiva formulada por um intelectual e educador reconhecido como Fernando Azevedo (1894-1974), dada em outro momento histórico, me instigou a focar nessa temática, particularmente nas escolas provinciais localizadas na área que mais ou menos corresponde à ocupada pela microrregião de Viçosa, na atualidade, com o objeto de entender como se deu o processo de constituição e desenvolvimento, de realizar um mapeamento das primeiras

2 Segundo histórico contido no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município foi criado pela Lei provincial nº 1.817, de 30 de setembro de 1871, com território desmembrado dos municípios de Ubá, Ponte Nova e Mariana. A 22 de janeiro de 1873, efetivou-se sua instalação e, três anos após, foi a vila elevada à categoria de cidade, com o nome de Viçosa de Santa Rita, por Lei provincial nº 2.216, de 3 de junho de 1876. Atualmente, a cidade que sedia uma das 7 microrregiões da zona da mata mineira, que é composta por 20 municípios. Possui uma população estimada de 77.318 habitantes em 2015, conforme dados do IBGE. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/2349G>. Acesso em 11 de dezembro de 2015. Conhecida como cidade universitária, possui uma população flutuante (não computada no censo) de quase 20 mil estudantes de graduação e pós-graduação frequentando a universidade federal, o centro universitário e as faculdades particulares da cidade, em 2015.

3 Uma das doze mesorregiões do estado de Minas Gerais, formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões. Conforme, o portal do Governo do Estado de Minas Gerais, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divide Minas Gerais em 12 mesorregiões e 66 microrregiões. “Este sistema de divisão tem aplicações importantes na elaboração de políticas públicas e no subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias. Contribuem também, para as atividades de planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.” Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/c/governomg/conheca-minas/geografia/5669-localizacao-geografica/69547-mesorregioes-e-microrregioes-ibge/5146/5044>. Acesso em 16 de dezembro de 2015.

cadeiras de instrução pública criadas neste perímetro, bem como de coletar outras informações e indícios sobre pessoas, coisas ou fenômenos relacionados com o assunto.

O relato sobre a história e a educação em boa parte desta microrregião sediada no município de Viçosa remete a uma abordagem sobre a história local, no qual o local deve ser entendido como uma região, enquanto categoria espacial e temporal em que vai se instituindo a instrução elementar, e se constituindo as relações entre as instâncias de poder, desde o povoado até a cidade, o poder provincial e nacional com o propósito de identificar semelhanças e especificidades existentes nesta configuração que ocorre a partir desta relação entre os poderes intra e extra regionais e podem ser representativos de singularidades em uma totalidade.

A investigação de uma região parte do pressuposto de que tal recorte temático não o cinde da articulação com o todo. Assim, a história regional se caracteriza pela sua vinculação com o todo do qual faz parte e foi fracionado, pois é ele que fornece o pano de fundo para o conhecimento das questões sociais, históricas e educativas em foco que, ao contrário do objeto, não podem ser fracionados.

A narrativa relativa ao contexto histórico e educativo, que baliza os processos de criação e a trajetória das cadeiras de instrução pública na Província de Minas Gerais, particularmente na microrregião de Viçosa foi possível em virtude da existência de fontes primárias localizadas no Arquivo Público Mineiro (APM), mais precisamente no Inventário do Fundo de Instrução Pública da Província de Minas Gerais, que guarda documentos produzidos ou recebidos pela Diretoria Geral de Instrução Pública (1827-1860 e 1867-1871), pela Agência Geral de Instrução Pública (1859 - 1867) e pela Inspeção Geral de Instrução Pública (1871 - 1892). Também localizamos material no arquivo do poder legislativo do município de Viçosa, por meio do Caderno de Atas, entre 1877 e 1881, que minimamente trouxe um quinquênio de informações, abarcando o mandato dos dois primeiros presidentes da câmara municipal.

Deste modo, boa parte da investigação está fundamentada no documento escrito que se constitui

uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente. (CELLARD, 2008, p. 295).

Embora a maior parte destes documentos escritos sejam provenientes de fontes oficiais, ainda vistas com desconfiança pela nova historiografia, por ter um passado muito marcado pela historiografia positivista, que lhes conferia o atributo de atestar a veracidade do real a partir do registro de uma norma instituída, as mesmas enquanto principal testemunho de uma época, sobretudo as mais pretéritas, apresentam outros elementos relevantes para a nova história, quando passam a ser concebidas como documento dentro de uma perspectiva mais ampla, podendo “ser útil por vários motivos. O valor que um documento contém devido ao testemunho que oferece da organização e funcionamento da administração pode ocasionalmente ser o mesmo que o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos” (SCHELLENBERG, 2006. p. 182).

Assim, cabe ao investigador formular seus problemas de pesquisa e direcioná-los à suas fontes, mesmo que para obtenção das devidas respostas, tenha que questioná-la sobre outros aspectos referentes à sua própria natureza: motivações envolvidas na sua criação, contexto histórico, público a que se dirigia, etc. Dessa forma, nada impede que uma fonte dita oficial seja utilizada para responder às questões sobre grupos e contextos sociais diversos, agregando à história as pessoas comuns e o cotidiano, pois muito mais decisivo que a natureza da fonte utilizada é nosso posicionamento perante ela: ou observamo-la como verdadeira detentora dos fatos ou como um produto histórico que requer contextualização e senso crítico.

Se este procedimento de análise crítico sobre o contexto histórico e educacional vale para o estudo da legislação e dos registros documentais do poder executivo provincial mineiro e do legislativo municipal, também podemos contar com investigações que tratam da história da educação no período imperial brasileiro e as

políticas de gestão e inspeção do trabalho escolar e docente vigentes nesta época, referenciadas a partir das obras de alguns autores como Primitivo Moacyr (1938, 1940) e Paulo Kruger Mourão (1959).

O uso destas fontes muito contribuíram para a composição deste artigo, que se apresenta como uma pesquisa documental e bibliográfica, de caráter qualitativo e quantitativo, com o propósito de levantar aspectos da trajetória destas cadeiras de instrução pública na atual microrregião de Viçosa-MG, durante o período imperial no Brasil, levando em consideração que “é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que vem ser percorridos para que a investigação se concretize” (GAIO, CARVALHO e SIMÕES, 2008. p.148).

Não obstante este manancial de fontes observa-se limitações quanto à realização dessa operação historiográfica regional no campo da educação, em virtude da busca por dados e informações a respeito de um objeto de investigação muito específico, o município de Viçosa, em meio a uma variada gama de códices de diversos outros municípios de Minas, no caso da pesquisa realizada no Arquivo Público Mineiro, ou na diversidade de temas abordados, no caso do Caderno de Atas do Poder Legislativo Municipal de Viçosa.

Além disso, muitos desses manuscritos se encontram com a grafia bastante esmaecida e às vezes até visível, porém ilegível, seja pela grafia do relator, seja pelo sombreamento da escrita localizada no verso da página, que dificulta a leitura à frente, sobretudo no caderno de atas o municipal. Em alguns documentos também se verificou que algumas páginas estão com o papel bastante deteriorado pelo tempo ou pela conservação inadequada, o que impossibilita sua leitura.

Soma-se a essas dificuldades o fato de inexistir um recenseamento regular e completo da população da Província de Minas Gerais, ao longo de praticamente todo o período imperial, e que vai sendo reafirmado nos relatos anuais de seus diferentes presidentes como uma limitação para uma gestão de recursos mais pautada por demandas levantadas a partir de dados ou indicadores sociais, de cunho quantitativo e

não por outro critério, como o religioso, por exemplo. A não localização de informações quantitativas sobre os povoados situados no que hoje é a microrregião de Viçosa, pode ser considerado como um indício da falta de recenseamento regular e completo da população desta localidade.

Algumas razões dessa dificuldade de recenseamento, aparece no Relatório de 1867, do presidente da Província de Minas de Gerais, Polidoro Cesar Burlamaqui, e são atribuídas à vastidão do território e à dispersão da população, que fazia com que a promoção do ensino não se fizesse com base em uma distribuição pela demanda social, quantitativa e sim paroquial. Paulo Kruger Mourão ressalta as consequências desta situação para a educação: “os legisladores que se ocupam depois com a instrução pública abandonaram a base estatística que é a única razoável para a distribuição do ensino, adotando a este respeito a divisão eclesiástica, criaram escolas nas sedes de todas as paróquias” (MOURÃO, 1959, p. 97, 98).

A existência de uma base estatística sobre a população escolar na então Província de Minas Gerais parece que só acontecerá no final do Império, ou seja, a partir de 1888, mesmo que ainda com incompletudes, porém com um fechamento dos dados e informações que serão referendados pelo então inspetor geral de Instrução Pública desta província.

Feita essas ressalvas e antes de entrar propriamente no estudo dos dados históricos sobre a instrução no município de Viçosa, serão apresentados alguns aspectos relacionados à legislação de ensino e à escolarização durante o período imperial na então província de Minas Gerais e que, de certa forma, configuraram o cenário do ensino de primeiras letras mineiro, para entender como a instrução primária vai se difundindo nos povoados, distritos e freguesias que, depois de 1876, serão partes constitutivas deste município e mapear como se deu este processo, tecendo, por fim, as considerações finais desta investigação.

A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NO IMPÉRIO (1828-1892)

Pode-se afirmar, em termos formais, que a intenção de difusão da instrução no Brasil durante o Império parece se iniciar com a Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, na qual o governo do I reinado praticamente se exime da responsabilidade de gerir a educação nacional, mas preconiza a organização administrativa e a metodologia do ensino ao instituir que

em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias; os presidentes de província, em Conselho, [...] nomearão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitáveis, dando-se conta à Assembleia Geral para final resolução. [...] As escolas serão de ensino mútuo nas capitais das províncias e o serão também nas cidades, vilas e lugares populosos delas em que for possível estabelecerem-se (apud MOACYR, 1936, p. 189).

Se a delegação de competência e responsabilidade da instrução feita pelo governo imperial às províncias pouco se efetivou no país, uma das primeiras ações educativas da Província de Minas Gerais nesta direção se encontra na ata da sessão de 27 de março de 1828 do Conselho de Governo em que se resolveu pela criação e manutenção de 87 escolas de primeiras letras, para ambos os sexos, “excetuando 10 lugares que deveria ter escola feminina”, conforme menciona Mourão (1959, p.6), para depois afirmar que o ensino seguia o conteúdo elementar preconizado na Lei de 1827, “apenas leitura, escrita e as quatro operações de aritmética” (MOURÃO, 1959, p. 7), sem que houvesse mudança substancial no ensino até 1835, ainda conforme esse autor, e ao que parece, durado todo o período do império.

Outra medida que marca a omissão do Império em relação à educação foi instituída pelo Ato Adicional de 1834, tendo em vista que este provocou “os efeitos mais duradouros e amplos na política educacional brasileira” (PERES, 2006, p. 7), ao reafirmar a delegação às províncias das competências e responsabilidades sobre o ensino, com a incumbência de legislar e organizar a educação provincial e local.

Entretanto, a precariedade na gestão, no acompanhamento e na fiscalização de boa parcela dessas escolas criadas parece ter sido a tônica da instrução em Minas Gerais durante a maior parte do período imperial, como pode ser observado no relatório do

presidente da Província, de 28 de fevereiro de 1861 ao ministro e secretário de Estado de Negócios do Império, contido no código nº 857 do APM à folha 15, em que aponta as principais razões dessa fragilidade administrativa: “dificuldade de conseguir informações exatas do estado da instrução por ser uma província tão vasta; a falta de mapas estatísticos, a dificuldade de chegar informações a tempo dos pontos mais longínquos; a frouxidão de alguns funcionários na fiscalização” (Apud MOURÃO, 1959, p. 77)

A tentativa de reverter essa dificuldade de gestão da instrução provincial mineira aparentemente começa a ser tratada, mediante a delegação autorizada pelo presidente da Província, por meio do Regulamento nº 60, de 26 de abril de 1871, que criou a Inspeção Geral de Instrução Pública, para a direção e fiscalização da instrução pública primária e secundária. Ao final deste ano o diretor geral dá seu parecer sobre esse regulamento, conforme relata Moacyr (1940):

1870. Organizado como se acha a inspeção escolar, diz o diretor geral da instrução, penso que tarde ou nunca poderá a administração conhecer cabalmente o estado do ensino, e avaliar com segurança se os resultados obtidos correspondem ao que a província despense com a educação popular. Dividido em círculos literários, cada um dos quais compreende a área de uma comarca, e subdivide-se em tantos distritos literários quantas são as escolas públicas e particulares que no mesmo círculo existem. Em cada círculo há um inspetor a quem a lei confiou atribuições importantes e em cada distrito um delegado [...]. Ambos estes cargos são gratuitos [...]. De ser gratuito o cargo de inspetor resultam inconvenientes graves que urge remediar. Todos os inspetores limitam-se a desempenhar o papel de meros intermediários entre o diretor geral e os professores, e abandonam a inspeção direta das escolas aos delegados, que nem sempre são os mais próprios para exercê-la. Assim deixam de remeter os mapas escolares, deixam de comunicar a abertura de escolas particulares, e não exigem dos diretores e professores dos colégios particulares o cumprimento das obrigações impostas pela lei (MOACYR, 1940, p.171).

A preocupação com a fiscalização, administração e inspeção do ensino público e particular da Província é renovada mais uma vez com a edição do Regulamento nº 100, de 19 de junho de 1883, cabendo essas funções ao inspetor geral, aos membros do conselho diretor, aos inspetores municipais, aos delegados literários e aos membros dos conselhos paroquiais, o que deixa entender, com a permanência dessa categoria ainda de

base eclesiástica, que às atribuições relacionadas com a educação estatal, como o cumprimento do regimento do ensino e o maior controle estatístico, ainda não haviam se efetivado completamente em Minas Gerais.

Essa hipótese ganha mais força na narrativa de Primitivo Moacyr (1938) quando trata da trajetória de atuação Diretoria Geral de Estatística vinculada ao II Reinado e seu caráter de incompletude, de descontinuidade e assinala que, nos últimos oito anos do Império, apenas em dois anos se produziu um relatório estatístico sobre a instrução primária e secundária no Brasil, sendo que na edição do ano de 1882,

os algarismos obtidos com tamanho esforço pela seção de Estatística não abrangem as províncias da Amazonas, do Piauí, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e de Goiás.[...] Conclui-se, logo que, neste particular, não melhorara o estado de coisas, desde quando a antiga Diretoria Geral dera à publicidade o seu derradeiro trabalho. Confessava-o, aliás, nas seguintes palavras o chefe da primeira subseção: 'Na persistência das causas que embaraçam, entre nós, o serviço estatístico, difícil, senão impossível, é fazer-se obra de valia, quando por elementos se contam dados insuficientes, e nem sempre exatos' (MOACYR, 1938, p. 679).

A província de Minas Gerais também é destacada negativamente por este autor quando aborda o segundo e último esboço estatístico da instrução primária e média compilado durante o governo imperial, relativo ao ano de 1884, pela falta de informações a respeito do ensino particular ao ressaltar que nesta

derradeira estatística aparece, com a outra, com graves deficiências, sobretudo quanto ao ensino particular; pois em relação ao Amazonas e ao Pará, somente nele figura o número de escolas dessa espécie, sem a correlativa quantidade de alunos, e quer duma informação, quer da outra, se mostre carecido o trabalho, a respeito do Maranhão, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do Minas Gerais.[...] Com esse trabalho, que também não compreende o Município Neutro, finaliza a série de tentativas para a organização da estatística do ensino, feitas no Brasil, em todo longo período. Conclui-se do exposto que os esforços empregados com aquele intuito nunca chegaram a produzir o desejável efeito, isto é, permitir que se aprendesse, de modo suficientemente aproximativo, o estado da instrução do país, em determinada época, apesar de, em geral se limitaram as pesquisas ao que havia de mais simples e parecia ser mais fácil de ser coligido: [...]A frequência ou a assiduidade que é o que mais se importa apurar, quanto às escolas do 1º grau, pode-se dizer que nunca figurou nos trabalhos da Repartição de Estatística, porque os governos provinciais não cogitando de apurar a assistência, os inspetores da instrução, mediante uma sinonímia

inadmissível, consideram, invariavelmente, como representativos do comparecimento, números que, em verdade, apenas exprimia a inscrição (MOACYR, 1938, pp. 679-681).

É plausível supor que o levantamento estatístico gradativamente foi se efetivando ao menos no que tange às escolas públicas da Província de Minas Gerais, embora o baixo rendimento da instrução, a improdutividade dessa escola fique bem evidenciada no quadro da instrução pública traçado pelo presidente da província, em 1886, Joaquim Pires Machado Portela, ao seu sucessor na administração provincial:

Não é satisfatório o estado do ensino público, nem corresponde com a despesa que faz a província [...]. Considerando o movimento da instrução nos períodos de 1875 a 1884 se vê que no primeiro, havendo nas 517 escolas 23319 alunos matriculados, só foram habilitados 1928 alunos; em 1884 com 941 escolas e 39922 alunos de matrícula, o número de habilitados foi apenas de 1929. Duplicou-se o número de escolas e a matrícula teve pouco aumento, e nenhum de alunos prontos. [...] As tentativas para a obrigatoriedade da instrução, decretada desde 1835, têm falhado. [...] Um dos meus antecessores, em 1883 dizia à Assembleia Legislativa que estava convencido que a província tem retrogradado em matéria de ensino, e que há quase 50 anos era superior o nível de instrução elementar (MOACYR, 1940, pp. 220-222).

Essa crítica a respeito do baixo rendimento per capita da instrução pública leva este governante a defender a redução do investimento na instrução primária pública e ampliar a subvenção às escolas particulares, embora reconheça a necessidade de maior conhecimento e fiscalização das escolas privadas existentes e de maior estímulo, por parte do governo provincial, à iniciativa particular no processo de escolarização da população. Ainda sobre essa situação de descontrole fiscal dos recursos públicos, encontra-se na notação IP-193, a resposta dada em ofício de 22 de outubro de 1885, pela Inspetoria Geral de Instrução Pública à Diretoria de Fazenda, à solicitação deste último pedindo a relação dos professores públicos da província que recebem quantias para aluguel de casas destinadas às instalações da escola, o inspetor geral tem

a declarar que por falta dos necessários dados deixo de prestar a relação pedida, pois por um ofício dessa Diretoria de 24 de novembro de 1884, sob o nº 792 somente consta nesta repartição, dirigindo à Presidência, que a

despesa com tal serviço monta anualmente em 2.100\$000 (APM, 1885, IP-193).

Ainda neste processo de tentativa de redução de gastos e de melhoria dos resultados com a instrução pública se observa a edição da Lei nº 2392 de 1882, “que tornou dependente a instalação de escolas nas freguesias de doação por parte de seus habitantes, de prédios para as escolas” (MOACYR, 1940, p. 220), que instituiu a criação de um fundo municipal para instrução e de uma caixa econômica escolar para fornecer roupas e outros materiais que pudessem garantir a frequência na escola dos alunos mais pobres. Esta lei parece ser uma das primeiras medidas que envolve a comunidade e o poder público municipal com a questão do acesso e da permanência do aluno na escola.

De outro lado, a defesa da subvenção de recursos públicos às escolas particulares não representava uma garantia de fiscalização e controle por parte da inspetoria geral da instrução pública, como demonstra Moacyr (1940, p. 156), quando cita a resposta da comissão dos frades capuchinhos após serem convidados a assumir a direção de um colégio na cidade de Congonhas do Campo, que condicionava o aceite à prerrogativa de só prestar obediência e contas de sua atuação ao bispo diocesano e não ao poder temporal constituído.

Esses são alguns aspectos que marcam a instrução mineira nas décadas de 1870 e 1880 e que assinalam a tentativa de tornar o ensino primário mais efetivo na província de Minas Gerais, por meio da melhoria da fiscalização e controle da instrução pública, principalmente através do serviço de estatística. Neste sentido, já que ao final da década de 1880 é possível identificar no inventário da instrução pública do Arquivo Público Mineiro (APM), os mapas e quadros⁴ com o número total de cadeiras, por cidades e vilas, freguesias e distritos e nos povoados, providas ou vagas, com a formação e função dos professores e com a matrícula, frequência e aprovação dos alunos e alunas.

4 Nos referimos à notação IP – 178, intitulada “Mapas de Instrução Pública – Registro de Localidades, número de cadeiras, provimento dos professores, matrícula e frequência dos alunos (1885 – 1888)” e notação IP-80, que traz o quadro das cadeiras primárias existentes em Minas Gerais, por municípios, com o respectivo número de alunos matriculados e frequentes (1890-1891). Série 3: Documentação interna. Subsérie 2: Mapas e listas: (aulas, posses, matrícula e frequência de alunos e funcionários).

Conforme os dados dessa fonte, em 1888, existiam 1649 cadeiras primárias públicas na Província de Minas Gerais, sendo 928 do sexo masculinos, 639 do sexo feminino e 82 mistas. Destas, 1246 estavam providas e 403 vagas, sendo que das ocupadas, 1105 eram por professores efetivos e 141 professores interinos. O número de matrícula registrado neste ano foi de 43947, sendo que a matrícula masculina foi de 28836 e a feminina de 15111. Já o número daqueles que frequentaram as aulas foi de 24516, sendo 15422 alunos e 9094 alunas frequentes, dos quais 1901 meninos e 1144 meninas concluíram essa instrução elementar.

O quadro geral da instrução primária nesta Província de Minas Gerais, no ano de 1888, indica que o número médio de matriculados por escola era de 35,78 alunos, o de frequentes era de 19,96 alunos por escola e a média de alunos aprovados por cadeira era de 1,54, o que atesta o baixo nível de aprovação de alunos no ensino elementar ministrado.

Ainda em relação ao ano de 1888, Primitivo Moacyr (1940) parece endossar a maior confiabilidade dos dados fornecidos pela inspetoria geral da instrução pública sobre a população escolar da Província, pois após apresentar o número de escolas e de cadeiras providas e vagas, afirma que

os dados estatísticos permitirão ajuizar com segurança do movimento escolar da província. [...] Calculando-se na província 300 mil crianças em idade escolar, conclui-se: 1º - que as escolas criadas há uma para 181,93 alunos; 2º - que atenta à distribuição das mesmas, segundo a distinção de sexos, há para 161,64 meninos uma escola, e uma para 234,74 meninas; 3º - que para cada uma das 1246 escolas providas, efetiva e interinamente, há 240,77; 4º - que das cadeiras criadas, pouco mais de dois terços tiveram provimento efetivo. [...] Cotejando estes dados com a população escolar presumível, chega-se ao seguinte resultado: o número de alunos que deixaram de matricular-se foi 121174 do sexo masculino, e 134889 do feminino; total 256063. Número dos matriculados que deixaram de frequentar as aulas 134578 meninos, e 140906 meninas. Total: 275841 (MOACYR, 1940, p. 226).

Embora em seu cotejo de dados, o autor afirma ter ajuizado com segurança a análise do movimento da instrução pública na Província de Minas Gerais, parece não ser possível endossá-lo plenamente, uma vez que não localizamos indicadores sobre a população dessa província, muito menos da sua população em idade escolar. De outro

lado, na notação IP – 178 não foram encontrados dados completos de matrícula, frequência e aprovação dos estudantes da instrução pública no município de Viçosa entre 1885 e 1888, o que demonstra que o singular, o local, nem sempre corresponde a maior parte do todo, do provincial, no qual a ausência de dados e informações significa não existir comunicação ou que algum elo cadeia tenha sido interrompido e que tal assertiva pode ser considerada mais pelo lado do presumível que por uma representação efetiva do real.

De acordo com os dados obtidos na notação IP-80, verifica-se que, em 1890, o número total de cadeiras primárias públicas existentes na Província de Minas Gerais era de 1985, sendo 1135 do sexo masculino, 666 do sexo feminino e 189 mistas. Destas, 1570 estavam providas e 415 vagas, sendo que das ocupadas, 1332 eram por professores efetivos, 346 por normalistas e 986 por não normalistas, além de 238 professores interinos. O número de matrícula registrado neste ano foi de 56568, sendo que a masculina foi de 36001 e a feminina de 20567. Já o número daqueles que frequentaram as aulas foi de 28048, sendo 17207 alunos e 10841 alunas frequentes, dos quais 1360 meninos e 1058 meninas concluíram com o êxito a instrução primária.

O quadro geral da instrução primária nesta Província de Minas Gerais, no ano de 1890, indica que o número médio de matriculados por escola foi de 36,03 alunos, o de frequentes não chegou à metade disso, ou seja, foi de 17,8 alunos por escola e a média de alunos aprovados por cadeira foi de 1,5, o que indica o baixo rendimento do ensino ministrado em Minas Gerais⁵, no primeiro ano do regime republicano no Brasil, que atesta o legado deixado pelo período imperial, tendo em vista que esses índices, quando comparados ao ano de 1888, mantiveram-se estáveis, havendo somente uma elevação de 2 alunos frequentes por cadeira.

5 Paulo Krueger Mourão (1959) aponta os 4 métodos de ensino primário empregados na educação mineira durante o Império: o individual, o simultâneo, o mútuo e o misto, sendo que neste último método, “o papel dos monitores é considerável, pois deveriam antes da explicação de Aritmética, distribuir utensílios, ditar operações que seriam em seguida submetidos à correção do professor. Para a leitura os monitores também deveriam distribuir livros. Em seguida, cada uma das divisões vinha à mesa para o professor ensinar a lição, depois do que o monitor recolhia aquela divisão aos bancos e a fazia repetir o que havia sido ensinado pelo mestre” (p. 390).

Essa situação decaiu um pouco mais no ano seguinte, tendo em vista que em 1891, o número total de cadeiras diminuiu para 1938, sendo 1087 do sexo masculino, 647 do sexo feminino e 195 mistas, das quais 1433 estavam providas por 392 normalistas e 1041 não normalistas, sem professores interinos. O número total de matriculados foi de 54241, 33843 do sexo masculino e 20398 do feminino. A frequência total foi de 33843 estudantes, 16370 meninos e 11019 meninas, ficando “prontos” 1503 alunos, 967 do sexo masculino e 536 do sexo feminino.

A matrícula e a frequência média por cadeira da instrução pública, em 1891, foi de 37,85% e 19,11% respectivamente, o que representa uma taxa de crescimento entre 5% e 7%. Todavia, a média de alunos prontos por cadeira que já era baixa em 1890 (1,5) decaiu mais de 30% em 1891, passando para 1,04 o índice de aprovados por escola.

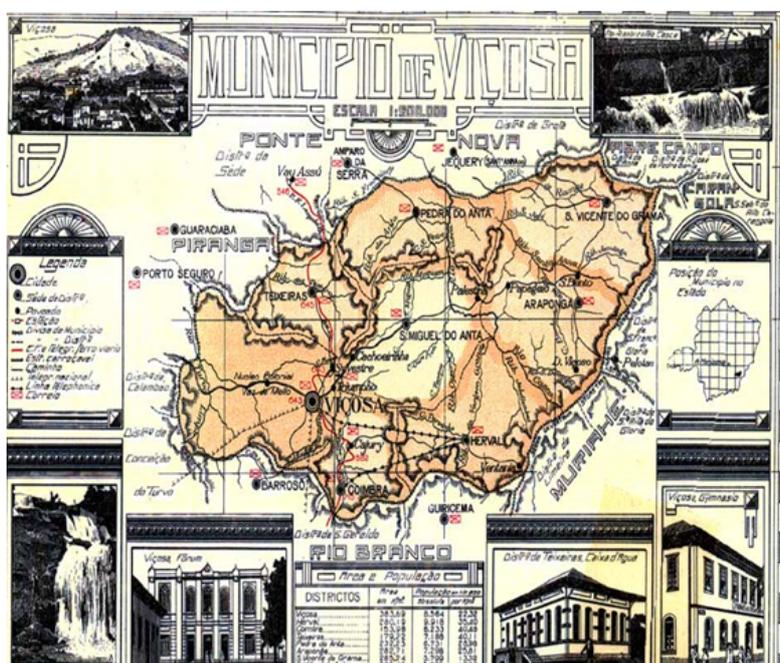
Neste sentido, após apresentar sucintamente alguns aspectos e dados da instrução pública desta província que, provavelmente era a mais importante, em termos econômicos e sociais, durante o Império no Brasil, passaremos a apresentar os dados e informações obtidos sobre o processo de difusão da escolaridade primária no município de Viçosa desde os seus primórdios.

O MUNICÍPIO DE VIÇOSA E AS CADEIRAS DE INSTRUÇÃO PÚBLICA (1839-1892)

As origens político-administrativas da região que viria a sediar o município de Viçosa remontam ao período regencial brasileiro (1831-1840), na qual o povoado se constituiu na então freguesia de Santa Rita do Turvo, que foi criada pela Resolução de 14 de julho de 1832, ficando vinculada à Câmara da Vila Martyr de São Manoel do Pomba, primeiro município criado na Zona da Mata mineira, em 25 de agosto de 1832. Posteriormente, esta freguesia passou a fazer parte do termo do segundo município criado desta mesorregião: a vila de São João Baptista do Presídio (atual cidade de Visconde do Rio Branco), criada pela Lei provincial nº 134, de 16 de março de 1839 (CAPRI, 1916, p. 165).

A emancipação política e administrativa desta freguesia, como já apontado, aconteceu por meio da Lei provincial n° 1.817, de 30 de setembro de 1871, que criou a vila de Santa Rita do Turvo, sendo que a instalação do termo só se efetivou em 22 de janeiro de 1873, ainda subordinada à Comarca de Muriaé. Três anos após essa instalação, foi a vila elevada à categoria de cidade, com o nome de Viçosa de Santa Rita, por Lei provincial n° 2.216, de 3 de junho de 1876. Do município faziam parte às então freguesias e atuais municípios de São Miguel e Almas d'Arripados (Araponga), São Sebastião do Coimbra (Coimbra), São Sebastião dos Afflictos (Ervália), São Sebastião da Pedra do Anta (Pedra do Anta) e São Miguel do Anta, além do então povoado de Santo Antônio dos Teixeiras (Teixeiras), conforme o mapa 1, de autoria e data desconhecidas, apresentado abaixo.

Mapa 1 - Município de Viçosa (s/d)



Fonte: Disponível em <http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da>

%20Mata/Biblioteca/Mapas/Antigos/1115001012%20Vi%C3%A7osa.JPG. Acesso em 20 de abril de 2017.

Como já foi apontado, na documentação localizada no município de Viçosa, no período imperial, só se identificou o Caderno de Atas do Legislativo entre 1877 e 1881. Esse é um dos documentos que apresenta grandes dificuldades para sua leitura e, conseqüentemente, de compreensão da narrativa transcrita pelo então secretário das sessões da Câmara, em virtude não só da grafia, mas do sombreamento e marca da tinta do verso na página da frente ou mesmo da tinta já esmaecida na escrita, fazendo com que algumas páginas estejam ilegíveis.

Na consulta deste Caderno não encontramos muitos assuntos atinentes ao tema da instrução. A primeira sessão registrada em ata aconteceu em janeiro de 1877 e tratou da própria organização e funcionamento da Câmara, além da preocupação premente de atendimento à cadeia pública, com provimento de água e comida, sobretudo para os presos pobres. Essa preocupação será recorrentemente manifestada em atas subsequentes, bem como com o serviço de limpeza e de energia da cadeia.

Outro ponto de pauta recorrente nas atas se refere à petição de diferentes indivíduos e grupos à Câmara para liberar a abertura de estradas, a construção ou manutenção de caminhos, pontes, passagens ou solicitar ressarcimento de despesas por reparos ou prejuízos, cujo parecer ficava a cargo da Comissão de Obras Públicas, depois acrescida no nome com Pontes e Estradas, que foi bastante demandada neste primeiro quinquênio averiguado.

Na ata da sessão ordinária do dia 04 de abril de 1878 foi apresentada pela Comissão de Contas e Fundo Municipal a despesa efetuada durante o primeiro trimestre do ano no município e “que se acha debaixo das rubricas – secretário da Câmara, fiscal, contínuo, água, luz e limpeza da cadeia, da casa da Câmara, eleições, expediente do júri e secretaria da Câmara, porcentagem ao procurador e agente, a foi de conformidade com as disposições do orçamento vigente” (VIÇOSA, 1878, s/p).

Sobre a instrução no município localiza-se, na ata de 02 de outubro de 1879, o ofício do inspetor da instrução pública, datado de 06 de setembro deste mesmo ano, comunicando a esta Câmara a negativa do governo provincial ao pedido de criação de

uma escola primária no povoado de Santo Antônio dos Teixeiras (atual município de Teixeiras), na Freguesia de São Sebastião da Pedra do Anta (atual Pedra do Anta).

Como justificativa está reproduzido o ofício de 20 de junho de 1879 do inspetor geral da instrução pública, informando que não pode ter lugar a criação que se pede de uma cadeira de primeiras letras no povoado citado, “já porque a cota voltada no presente exercício é insuficiente para o custeio das cadeiras existentes, já porque, pelo Regulamento nº 84, esta presidência só pode criar escolas nos distritos mais populosos, caso em que não se acha o referido povoado” (VIÇOSA, 1879, s/p).

Apesar da pouca documentação localizada no município de Viçosa durante o regime imperial é plausível supor, a partir das rubricas orçamentárias municipais que a instrução ainda não era uma prerrogativa da edilidade que, aparentemente, neste contexto apenas referendava as demandas dos indivíduos, povoados ou das freguesias pela criação de cadeiras de ensino primário, que eram encaminhadas ao inspetor geral da instrução pública e ao governo provincial. Essa situação provavelmente só se alterou após o cumprimento da Lei nº 2392, de 1882, que criou o fundo municipal de instrução pública, dentre outras providências, como a doação de terreno, a construção do prédio ou o fornecimento de mobília por parte do poder local ou da comunidade.

Já em relação à documentação pesquisada no Arquivo Público Mineiro, foi possível identificar o processo formal de criação das cadeiras de instrução primária no território que depois veio a pertencer ao município de Viçosa. A consulta aos diferentes códices existentes neste APM permitiu conhecer em qual ato, resolução ou portaria se deu a constituição legal da escola com vistas à promoção da instrução pública, entendendo que seu funcionamento só tem início após a nomeação e o exercício docente. Neste sentido, iremos apresentar as designações docentes identificadas nos documentos encontrados e analisados.

Se o uso deste procedimento pode ser considerado exequível para averiguar o funcionamento das cadeiras que foram criadas posteriormente ao ano de 1870 e o mapa de nomeação docente, o mesmo parece não valer para as escolas fundadas nas décadas anteriores a 1870, pelo fato da documentação estar mais deteriorada e ser mais escassa,

não obstante ter identificado excepcionalmente registros de docentes nas cadeiras pioneiras, a partir do ano de 1848.

Como exemplo desta situação, menciono o caso daquela que, supostamente, foi a primeira cadeira de instrução primária de 1º grau, do sexo masculino, criada neste território, pelo Conselho Geral, em 29 de janeiro de 1833, no então distrito de Arripiados (atual município de Araponga), que na época do registro desta notação estava vinculado ao município de São Januário de Ubá (Ubá), sede do 9º Círculo Literário da província de Minas Gerais.

Esse dado, encontrado na notação IP-08 que trata da matrícula de professores dos Círculos Literários (1836-1882), relata a entrada em exercício do professor Januario de Bitancourt Godinho nesta cadeira, em 17 de maio de 1848, e sua obtenção do título de professor vitalício em 06 de outubro de 1854. Também informa que, “pela Portaria de 27 de junho de 1857, foi arbitrada a quantia de 4\$000 réis mensais para aluguel de casa em que se acha estabelecida esta aula, com início em 01 de outubro de 1857” (APM, 1857, IP-08, p. 198).

Tomando por base este exemplo, não temos como atestar se houve ou não funcionamento desta cadeira no período entre 1833 e 1848. Ainda sobre essa cadeira de 1º grau do sexo masculino, localizada na agora freguesia de São Miguel e Almas d’Arrepiados (atual Araponga), é encontrada mais informações sobre seus professores na notação IP-30, que traz a matrícula de alguns professores da instrução pública primária, na qual se verifica que esta escola esteve provida por professores entre 1870 e 1883 (APM, 1894, IP-30).

A mesma situação acontece com a segunda cadeira de instrução primária de 1º grau, do sexo masculino, criada neste território, desta feita pela Presidência da Província, através de uma Portaria de 10 de dezembro de 1839, na então freguesia de Santa Rita do Turvo (atual município de Viçosa), que na época do registro da notação (APM, 1839, IP – 08), estava também vinculada ao município de São Januário de Ubá, sede do 9º Círculo Literário da província de Minas Gerais.

Ainda sobre esta cadeira localizada na freguesia de Santa Rita do Turvo, verifica-se que a mesma também foi contemplada pela Portaria de 27 de junho de 1857, em que foi definido o valor de 4\$000 réis mensais, destinado “ao aluguel de casa em que se acha estabelecida esta aula, com início em 01 de outubro de 1857” (APM, 1857, IP-08, p. 199). Esta notação também traz o registro do professor Luiz Francisco d’Azevedo, que começou a lecionar nesta cadeira em 20 de fevereiro de 1848, obteve o título de professor vitalício em 30 de setembro de 1854 e aposentou-se em 12 de abril de 1858.

Há registro de provimento docente nesta cadeira até 1860. Depois encontramos observações na notação IP-12, que trata da matrícula de professores da Instrução Primária (1854-1874), sobre a remoção, a pedido, do professor Francisco de Paula Galvão, da freguesia de São Miguel do Anta para a freguesia de Santa Rita do Turvo, em 18 de maio de 1863. Depois, essa cadeira foi ocupada por dois professores interinos entre 15 de março de 1865 e 31 de dezembro de 1869. Em portaria de 22 de abril de 1870, o professor Galvão foi reintegrado a esta cadeira, retomando o exercício em 01 de junho desse mesmo ano (APM, 1870, IP – 12).

Já a notação IP-30 indica que, a partir de 27 de setembro de 1873, essa cadeira foi ocupada pelo professor Francisco de Paula Cunha, que veio removido da cidade de Ubá e permaneceu até 05 de maio de 1874, sendo substituído pelo professor efetivo Manuel de Deus Mello, que entrou em exercício no dia 22 de junho de 1874 e recebeu provimento vitalício a partir de 26 de junho de 1883. (APM, 1883, IP-30)

A terceira cadeira de 1º grau, do sexo masculino, criada no território que posteriormente veio a pertencer ao município de Viçosa, ficou localizada na freguesia de São Sebastião da Pedra do Anta e se deu por meio de Portaria do presidente da Província de 02 de julho de 1845, conforme consta da notação IP-30 (p. 95), que traz a matrícula de alguns professores da Instrução Pública entre 1854 e 1894. Na época do registro dessa informação (1874), essa freguesia estava subordinada ao município de Ponte Nova.

Na notação IP – 11 identifica-se a nomeação do professor João José Custódio de Mattos, “interino por portaria e título de 17 de dezembro de 1863” (APM, 1863, IP-11, p. 119). Nela também consta a entrada em exercício nesta escola do professor Matheus Moreira da Silva no dia 17 de outubro de 1870, a informação que sua nomeação por título se deu em 07 de outubro de 1870 e a data de seu falecimento, no dia 24 de julho de 1875.

A notação IP – 162, de 1875, que traz registros de correspondência expedida à Tesouraria Provincial pela Inspeção de Instrução Pública, permitiu verificar também que desde 23 de abril deste ano já havia sido nomeado um professor substituto, em virtude do adoecimento do professor efetivo. Depois se encontra outro comunicado, de 24 de julho de 1875, informando “que o inspetor da Comarca do Rio Turvo, em data de 16 do corrente, nomeou o cidadão Francisco José de Assis Vianna, professor substituto da cadeira [...], dispensando da cadeira” (APM, 1875, IP-162, s/p) o outro professor substituto, e que esse segundo professor substituto havia entrado em exercício no dia 20 de julho.

Voltando à notação IP-30 (p. 95), verifica-se que na continuidade do relato também aparece que essa cadeira foi ocupada, a *posteriori*, pela professora Carlota Sophia de Sousa, que veio removida, por despacho de 07 de outubro de 1875, da cadeira do sexo feminino da então freguesia de Jequery (atual município de Jequeri), então pertencente ao município de Ponte Nova. Esta professora foi declarada habilitada em 05 de outubro de 1881, teve seu provimento declarado vitalício nesta cadeira em 12 de abril de 1882 e aposentou-se em 26 de setembro de 1889.

A quarta cadeira de 1º grau, do sexo masculino, criada na futura circunscrição do município de Viçosa ocorreu na então freguesia de São Sebastião dos Afflictos (atual município de Ervália), por meio da Lei nº 511, de 03 de julho de 1850. No caso dos dados existentes na notação IP-30 (p. 110), verifica-se que o histórico dos professores desta sala começa com a nomeação por título, em 01 de outubro de 1870, do docente Francisco de Paula Carvalho Brasileiro, que foi substituído pelo professor Francisco de Paula Alves, removido do então termo de Muriahé (atual município de Muriaé), em 21

de agosto de 1882. Esse último professor aposentou-se em 08 de setembro de 1889, com 23 anos de serviço. O registro também assinala que o ensino foi suspenso entre 18 de abril e 07 de agosto de 1890. Após essa data de retomada de funcionamento da cadeira, identifica-se o trabalho, nesta instituição, de três professores interinos e dois efetivos até o fim de 1894.

A quinta cadeira do sexo masculino de 1º grau foi criada pela Lei 1064 de 04 de outubro de 1860, na freguesia de São Miguel do Anta. Sobre os professores dessa escola, só encontramos referências, a partir de 1872, quando se constata que o professor efetivo Francisco José de Santa Rita veio transferido, a pedido, da cadeira de Conceição do Casca e entrou em exercício a partir de 07 de agosto deste ano. “Por acto de 06 de fevereiro de 1888 foi concedido a este professor gratificação extraordinária igual a 4ª parte dos seus vencimentos nos termos do art. 124 do Regulamento nº 100, visto contar com mais de 25 annos de bons serviços prestados ao magisterio público” (APM, 1888, IP-30, p. 112). Este professor se aposentou em 18 de janeiro de 1890. Quem ocupou a vaga desta cadeira nos anos de 1890 e 1891 foi o professor Ricardo de Assis Alves Pinto, primeiro como interino e depois como efetivo.

A freguesia de São Miguel da Pedra do Anta conseguiu a criação da sexta cadeira de 1º grau, a primeira do sexo feminino, pelo Ato de 22 de maio de 1872. Em 06 de setembro do mesmo ano assumiu como interina a professora Maria José de Souza Sabarense, nomeada definitivamente em 28 de agosto de 1875. Em 23 de fevereiro de 1880, essa efetiva conseguiu remoção para a freguesia de Jequery, em permuta com a professora Anna de Aquino Baptista, que teve provimento vitalício por Ato de 13 de março de 1883 e que, por sua vez, foi removida a pedido para a freguesia de São Roque do Caratinga (Caratinga) em 20 de setembro de 1889 e retomou a cadeira em 1891, que neste ínterim contou com duas professoras interinas e uma efetiva. No final de 1891, esta cadeira foi assumida pela professora Maria do Espírito Santo Lopes, conforme consta da notação IP-30 (p. 96)

A sétima cadeira de 1º grau e a segunda do sexo feminino, foi criada na freguesia de Santa Rita do Turvo (Viçosa), por Acto de 11 de novembro de 1872. Encontra-se a

nomeação provisória da professora Vicencia de Paula Augusta da Silva em 13 de novembro de 1872. Depois, verificou-se a remoção da professora Maria Genuína da Costa Barbosa de Muriaé para entrar em exercício nesta cadeira em 19 de abril de 1875 e seu retorno à Muriaé, por pedido de remoção, em 04 de fevereiro de 1879. Em 06 de março de 1879 assumiu esta cadeira a professora Raymunda d'Oliveira, que permaneceu nela até 07 de junho de 1884. Até 1886, constatou-se a presença da professora interina Cornelia Lopes Jacob, que depois atuou como professora substituta nesta sala. IP-30 (p. 109).

Com base na notação IP – 56 que trata da matrícula de professores de instrução primária (1885 – 1893), registra-se ainda que entrou em exercício nessa cadeira a professora Júlia Loureiro Vaz de Mello, em 03 de maio de 1886. Depois, três professoras interinas atuaram nesta sala, até que, em 22 de setembro de 1890, essa cadeira passou a ser ocupada pela professora normalista Paulina Ferreira da Silva (APM, 1890, IP-56, p. 81).

A oitava cadeira de instrução primária de 1º grau, do sexo masculino, foi criada na freguesia de São Sebastião de Coimbra (atual Coimbra), com base no art. 10 da Lei nº 1400, de 09 de dezembro de 1867, ao determinar que “haverá em cada freguezia uma escola de instrução primaria para o sexo masculino, ficando dispensada a exigência de recenseamento para a criação de cadeiras, quer de instrução primaria, quer secundaria” (APM, 1867, IP – 30, p. 114). Entretanto, de fato, parece que essa escola só foi mesmo criada pela Lei nº 2311, de 11 de julho de 1876, tendo, a partir daí, como professores Francisco de Paula d’Assis Mayrink (1877), André Augusto Joanny (1878-1879) e João Bernardino da Silva Valladares (1879-1892).

Essas foram as primeiras oito escolas, seis masculinas e duas femininas, criadas pelo governo provincial na microrregião que nos dias de hoje tem Viçosa como cidade sede, antes da emancipação política e administrativa deste município e do território que formará o termo, em 1876. Vale destacar que, na análise desta documentação, não encontramos nenhuma menção, nos cadernos, livros e correspondências consultados, à existência de cadeiras de instrução particular ou mesmo registro de contrapartida

financeira ou de apoio das freguesias onde foram instaladas estas cadeiras de instrução pública apresentadas.

Após a autonomia política e administrativa e até o final do II Reinado (1889) assiste-se ao surgimento de mais dez cadeiras neste município, nas quais cinco serão criadas no ano de 1880, sendo uma no início e as demais ao final deste ano. Destas, quatro eram de 1º grau e uma de 2º grau⁶ (a 2ª cadeira feminina estabelecida na sede do município), sendo que quatro foram destinadas ao sexo feminino e uma ao masculino.

A nona escola foi criada pela Lei nº 2568, de 03 de janeiro de 1880, na sede do município de Viçosa e tratou da 2ª cadeira feminina, de 2º grau. Conforme as informações averiguadas no caderno de matrículas de professores da Instrução Pública (1877 – 1887), (APM, 1887, IP-42, p. 117), a professora Rita de Cássia Alves de Oliveira entrou em exercício a partir de 25 de maio de 1880, sendo sucedida por mais duas professoras entre 1881 e 1884. Em 31 de março de 1885 essa cadeira foi assumida pela professora Maria Rita Gomes. Na notação IP – 56 (p. 178) encontra-se registrada a nomeação de uma professora interina para essa cadeira, em 29 de agosto de 1887.

As três cadeiras seguintes foram criadas pela Lei nº 2721, de 18 de dezembro de 1880, e eram de 1º grau e do sexo feminino, estando cada uma delas localizada respectivamente nas freguesias de São Miguel do Anta, São Sebastião dos Afflictos e São Sebastião do Coimbra.

Na cadeira situada na freguesia de São Miguel do Anta, segundo os dados contidos no caderno IP – 42 (p. 118), a primeira professora a ser nomeada foi Amélia Luiza Pinto Homem, em ato de 29 de dezembro de 1881, com exercício iniciado em janeiro de 1882. Essa professora foi removida para a cadeira do distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, em 05 de outubro de 1883, sendo substituída pela professora Anna d'Aquino Baptista que lecionou nesta cadeira entre 22 de dezembro de 1883 e 08 de junho de 1885.

⁶ Segundo o relato da 1ª Seção da Secretaria da Inspeção Geral da Instrução Pública em Ouro Preto, de 18/05/1891, as cadeiras da categoria de 2ª grau passavam a funcionar nas freguesias que haviam sido elevadas a vilas ou nas cidades. Fonte: Notação IP – 80: Quadro das cadeiras primárias existentes em Minas Gerais, por municípios, com o respectivo número de alunos matriculados frequentes (1890 e 1891).

De acordo com a notação IP – 29⁷ e IP - 193⁸, a partir de 12 de outubro de 1885 essa cadeira foi ocupada pela professora interina Rufina Martyns de Paula. Depois, em 13 de agosto de 1886, entrou em exercício a professora efetiva Augusta Carolina Pinto, que foi removida, a pedido, em 02 de junho de 1891. Em 19 de maio de 1893, esta cadeira foi declarada vaga, em virtude da sentença do Conselho Superior, de 06 de abril de 1893.

Para a cadeira feminina criada em 1880 na freguesia de São Sebastião dos Afflictos, foi nomeada efetiva e entrou em exercício, no dia 17 de fevereiro de 1882, a professora Maria do Espírito Santo Lopes, que permaneceu regendo essa sala até 1891, pelo menos, conforme observação constante na IP – 42 (p. 129). Segundo informação transcrita na notação IP - 29 essa cadeira foi anexada à do sexo masculino em 19 de abril de 1890. (p. 253)

A terceira cadeira feminina criada pela Lei nº 2721, de 1880 desta feita na freguesia de São Sebastião do Coimbra, parece ter demorado a iniciar seu funcionamento, pois conforme a notação IP-29 (p. 255), a entrada em exercício da professora efetiva Emiliana Marcelina dos Reis só aconteceu em 21 de agosto de 1886. Essa professora permaneceu nesta cadeira até 09 de janeiro de 1888, e após um período de interinidade, assumiu a professora efetiva Maria Alves Queiros, em 07 de março de 1889.

Já a quarta escola criada formalmente em 18 de dezembro de 1880, pela Lei nº 2730, no povoado de Santo Antônio dos Teixeiras, era do sexo masculino, de 1º grau e atendia ao ensejo do povoado que já tivera seu pleito negado no ano anterior, conforme já relatado anteriormente. Esta cadeira parece ter começado a funcionar com o professor interino Martinho José de Jesus, em atividade a partir de 14 de junho de 1882. Em 29 de janeiro de 1883, começa o exercício do professor efetivo José Germano até 17 de setembro de 1885, removido para São José do Barroso. Entre 03 de novembro de 1885 e 05 de janeiro de 1887, essa cadeira foi ocupada pelo efetivo Manuel Gomes dos Santos

⁷ Notação IP – 29: Matrícula dos professores de instrução primária (1869-1893), p 254.

⁸ Notação IP – 193: Correspondência expedida pela Inspetoria da Instrução Pública à Fazenda Provincial (1885).

que deu lugar à professora Ermelinda Theodolinda Benvinda, que assumiu essa cadeira em 28 de abril de 1887, conforme as notações IP – 29 (p. 238) e IP – 42 (p. 129).

A décima quarta cadeira de instrução primária do município foi instalada na então freguesia de São Miguel e Almas d'Arrepiados, a partir da edição da Lei nº 2765, de 13 de setembro de 1881. Essa aula, do sexo feminino, teve como efetiva a professora Maria Laurinda Voisin, nomeada em 30 de dezembro de 1882, com exercício iniciado na escola em 13 de março de 1883. (IP- 42, p.194)

Pela Lei nº 3217, de 11 de outubro de 1884, foi criada mais uma escola do sexo masculino, desta vez na localidade de Cachoeirinha, na freguesia de São Miguel do Anta. Esta cadeira foi assumida pelo professor Antônio Augusto Alves, em 22 de julho de 1885. Este professor foi removido, a pedido, para a escola de São José do Triunfo, na mesma cidade de Viçosa, por ato de 07 de março de 1889. Entre 02 de julho de 1889 e 09 de julho de 1890, a cadeira foi ocupada pelo professor interino José Soares Ferreira, conforme a notação IP – 56 (p. 80), que trata da “matrícula de professores de instrução primária (1885 – 1893) ”.

A décima sexta escola foi criada pelo parágrafo 4º da Lei nº 3396 de 21 de julho de 1886, no município de Viçosa, sendo a 2ª cadeira, do sexo masculino, dessa cidade. Na notação IP – 56 (p. 147) consta que o primeiro nomeado dessa cadeira foi o professor Antônio Carlos de Assis Mayrink, que atuou entre 25 de julho de 1887 e 02 de julho de 1889. Depois dessa data passaram por essa cadeira dois professores interinos e uma normalista, que atuou nesta sala entre 1890 e 1891.

As duas últimas cadeiras de instrução pública criadas no município de Viçosa, durante o Império, foram instituídas pela Lei nº 3594, de 29 de agosto de 1888. Uma das escolas, de 1º grau e do sexo masculino, foi estabelecida no distrito do município de Viçosa, de São José do Triunfo, tendo como único docente registrado na notação IP – 56 (p. 365), o professor efetivo Antônio Augusto Alves, que lecionou entre 07 de março de 1889 e 05 de agosto de 1892.

A outra foi autorizada a funcionar na povoação de São Francisco das Chagas do Careço, na agora denominada freguesia de São Sebastião do Herval (antiga São

Sebastião dos Afflictos), como escola mixta de 1º grau. A notação IP – 56 (p. 366) traz um único registro, a professora Maria Guilhermina Pereira Franklin, que atuou nesta sala entre 09 de março e 30 de dezembro de 1890.

Além dessas 18 cadeiras de instrução pública criadas durante o Império na região que abarcava o município de Viçosa, é pertinente apontar mais duas escolas instituídas já no início do regime republicano, isto é, em 1890, que parece dar curso às demandas ocorridas ainda durante o Império, assinalando certa continuidade de política educacional, cuja ruptura só começa a se configurar com a mudança da legislação nacional e estadual, que vai se efetivando a partir de 1891. Neste sentido, parte da documentação localizada no inventário do Fundo de Instrução Pública apresenta dados até o ano de 1892, sendo que algumas notações chegam a ter no acervo informações até o ano de 1899.

Posto isto, detectamos a criação, por ato do Governo de 27 de março de 1890, da cadeira mista no distrito denominado Estação do Turvo da Estrada de Ferro da Leopoldina (atual município de Cajuri), na freguesia de São Sebastião de Coimbra. Conforme a notação IP – 07, que traz a matrícula de professores entre 1868 e 1893, houve a nomeação da professora Maria Feliciano Torres, em 25 de junho de 1890, para lecionar. Esta normalista se titulou em 09 de julho de 1890⁹.

A última cadeira foi criada por ato do Governo de 18 de dezembro de 1890, na localidade de Córrego do Paraíso, distrito do município de Viçosa. Na notação IP – 60 intitulada “matrícula de professores da instrução primária (1890-1893)”, consta a seguinte observação:

Ficando o provimento desta cadeira dependendo de offerecimento de casa e mobília dos respectivos habitantes. O Secretario das Finanças em offº de 12 de maio de 1892, declara haver sido inscripto no livro de propriedades o prédio sito nesta localidade e doado ao Estado pelo Antônio M. de Freitas e sua mulher pela escriptura passada em 25 de janeiro de 1892¹⁰.

É interessante ressaltar que esta precondição de oferta de casa e mobília por parte dos habitantes da comunidade para o provimento da cadeira na localidade só é

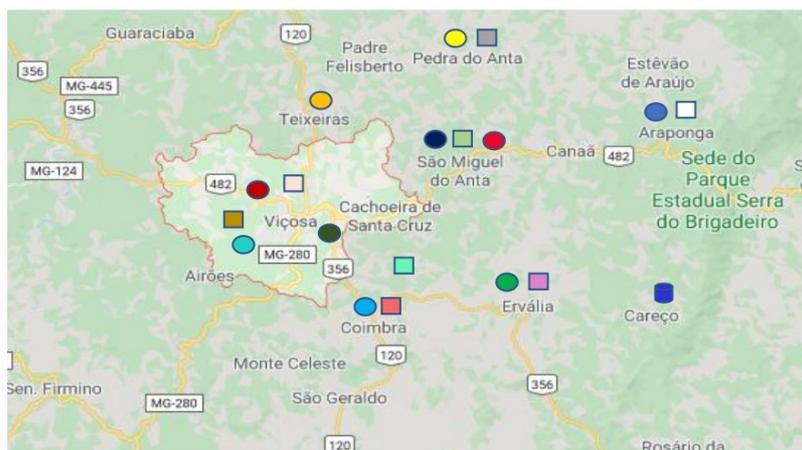
9 Notação IP – 07: Matrícula dos professores (1868-1893), p 383.

10 Notação IP – 60: Matrícula dos professores de instrução primária (1890-1893), p 83.

detectada neste último ato de criação, que até 1892 não havia se realizada, embora essa prática apregoada já estivesse prevista desde a edição da Lei nº 2392 de 1882 que, por meio do Regulamento nº 100, apresentou uma nova proposição de competências e responsabilidades na gestão da instrução pública, ao menos na relação entre o governo provincial de Minas Gerais, dos governos municipais e das comunidades escolares, com a instituição do fundo provincial, do fundo municipal e das caixas econômicas escolares.

Esta observação a respeito desta que foi, provavelmente, a vigésima cadeira de instrução pública, justifica sua exclusão do mapa 2 apresentado abaixo, tendo em vista que até 1892 esta escola ainda não tinha professor provido, que cartografa as instituições escolares provinciais na cidade de Viçosa, nos seus distritos, freguesias e povoados até o ano de 1890.

Mapa 2: Localização, gênero, ano de criação e posse nas cadeiras provinciais em Viçosa (1839 -1890)



Fonte: Inventário do Fundo de Instrução Pública da Província de Minas Gerais (1827-1892). Arquivo Público Mineiro. Mapa elaborado pelo autor.

Legenda:

- Araponga, cadeira masculina criada em 29/01/1833 com a 1ª posse identificada em 17/05/1848.
- Viçosa, cadeira masculina criada em 10/12/1839 com a 1ª posse identificada em 20/02/1848.
- Pedra do Anta, cadeira masculina criada em 02/07/1845 com a 1ª posse identificada em 17/12/1863.
- Ervália, cadeira masculina criada em 03/07/1850 com a 1ª posse identificada em 01/10/1870.
- São Miguel do Anta, cadeira masculina criada em 04/10/1860 com a 1ª posse identificada em 07/08/1872.
- Coimbra, cadeira masculina criada em 09/12/1867 com a 1ª posse identificada em 11/07/1876.
- Teixeira, cadeira masculina criada em 18/12/1880 com a 1ª posse identificada em 14/06/1882.
- Pedra do Anta, cadeira feminina criada em 22/05/1872 com a 1ª posse identificada em 28/08/1875.
- Viçosa, cadeira feminina criada em 11/11/1872 com a 1ª posse identificada em 13/11/1872.
- Viçosa, cadeira feminina criada em 03/01/1880 com a 1ª posse identificada em 25/05/1880.
- São Miguel do Anta, cadeira feminina criada em 18/12/1880 com a 1ª posse identificada em 29/12/1881.
- Ervália, cadeira feminina criada em 18/12/1880 com a 1ª posse identificada em 17/02/1882.
- Coimbra, cadeira feminina criada em 18/12/1880 com a 1ª posse identificada em 21/08/1886.
- Araponga, cadeira feminina criada em 13/09/1881 com a 1ª posse identificada em 30/12/1882.
- São Miguel do Anta, cadeira masculina criada em 11/10/1884 com a 1ª posse identificada em 22/07/1885.
- Viçosa, cadeira masculina criada em 21/07/1886 com a 1ª posse identificada em 25/07/1887.
- Viçosa, cadeira masculina criada em 29/08/1888 com a 1ª posse identificada em 07/03/1889.
- Ervália, cadeira mista criada em 29/08/1888 com a 1ª posse identificada em 09/03/1890.
- Coimbra, cadeira feminina criada em 27/03/1890 com a 1ª posse identificada em 25/06/1890.

PROVIMENTO DOCENTE, MATRICULA E FREQUÊNCIA DISCENTE

Além do número e a localização das cadeiras de instrução pública criadas no município de Viçosa no período imperial, foi possível obter informações sobre o provimento dos professores, a matrícula e a frequência dos alunos na província de Minas Gerais e no município de Viçosa, mesmo que apenas nos anos iniciais da república no Brasil, já que durante a vigência do regime imperial permaneceu recorrente os dados estatísticos lacunares, no que diz respeito às informações sobre estes indicadores em muitas escolas e localidades, constatadas sobretudo por meio das notações IP – 178, “Mapas de Instrução Pública – registro de localidades, número de cadeiras, provimento dos professores, matrícula e frequência dos alunos (1885 – 1888)” e IP – 76, “Registro de mapas das escolas de instrução primaria (1888 – 1891)”.

Nos dados do ano de 1885¹¹, como já foi demonstrado, o município possuía 15 cadeiras, sendo 3 de 2º grau na cidade de Viçosa (1 masculina e 2 femininas) e as outras 12 de 1º grau, sendo 10 em freguesias (5 masculinas e 5 femininas), 1 em distrito e outra em povoado, contando com 1 professor efetivo normalista, 10 não normalistas e 4 interinos. Em 1886, foi acrescida a esse número de escolas, a 2ª cadeira masculina na cidade, com vaga de professor ainda a ser preenchida. As demais estavam providas de professor, sendo 2 interinos, 2 efetivos normalistas e 11 efetivos não normalistas. Já em 1887, as 16 cadeiras estavam ocupadas por 14 professores efetivos não normalistas e 2 interinos.

Nesta notação aparece a observação de que nenhuma dessas cadeiras era noturna nem funcionava em cadeia. Também se constata que os dados de matrícula e de frequência dos alunos, no município de Viçosa, nos 4 trimestres, ao longo desses anos de 1885 a 1887, não estão preenchidos, assim como o indicador dos alunos e alunas que foram aprovados nestes três anos, fato que corrobora o caráter ainda precário da inspeção e do funcionamento do serviço de estatística.

Em relação ao registro de mapas do ano de 1888, como também já apontado, foi verificada a existência de 18 cadeiras, sendo 4 na cidade, 10 em freguesias e 4 em

¹¹ Notação IP 178, Mapas de Instrução Pública, registro de localidades, número de cadeiras, provimento dos professores, matrícula e frequentes de alunos (1885-1888), p. 67.

distritos e povoados, com apenas uma professora normalista, 14 não normalistas efetivos, uma não normalista interina e 2 cadeiras vagas.

As cadeiras de 2º grau eram as duas cadeiras do sexo masculino e as duas do sexo feminino que funcionavam na cidade. As escolas da cidade não tinham professores adjuntos, 3 eram efetivos, sendo uma normalista (2ª cadeira feminina), 2 não normalistas e 1 interina (1ª cadeira feminina). Já as 10 cadeiras das freguesias (5 masculinas e 5 femininas) e as 4 dos distritos (3 masculinas e 1 mista) eram todas de 1º grau, possuindo 12 professoras efetivas não normalistas. As cadeiras vagas (sem professor) eram a dos distritos de Cachoeirinha e de São Francisco das Chagas do Careço, onde consta a observação que essa última era a de cadeira mista e fora criada no ano do levantamento, ou seja, em 1888.

Ainda sobre essas cadeiras, aparece novamente a observação de que elas não eram noturnas nem funcionavam em cadeias. Assim como em alguns outros municípios da província, não estavam preenchidos os dados de matrícula e de frequência dos alunos nos 4 trimestres, muito menos quantos estavam “prontos”, isto é, aprovados (muito poucos municípios preenchiam essa informação), tanto os do sexo masculino quanto as do feminino, conforme dados da notação IP 178¹².

Em 1889, além desses indicadores já apontados sobre o município, a única informação adicional se refere à criação de mais uma cadeira distrital de 1º grau, mista, na localidade da Estação do Turvo, na freguesia de São Sebastião de Coimbra, porém sem nenhum outro dado adicional daqueles apresentados nos índices anteriores.

Diferentes, em termos de dados e informações, são os quadros das cadeiras primárias existentes no Estado de Minas Gerais, em 1890 e 1891, que traz o número de alunos matriculados, frequentes e prontos. Os quadros estatísticos produzidos a partir da cidade de Viçosa, das suas freguesias, de seus distritos ou povoados, trazem alguns indicadores a respeito da instrução pública e primária legada pelo governo provincial nesta microrregião, no início do período republicano.

12 Notação IP 178, Mapas de Instrução Pública, registro de localidades, número de cadeiras, provimento dos professores, matrícula e frequentes de alunos (1885-1888), p. 56.

A notação IP – 80¹³ aponta que a instrução pública no município de Viçosa, tanto em 1890 (p. 191), como em 1891 (p. 253), possuía um total de 20 cadeiras, sendo 4 na cidade, 10 em freguesias e 6 em distritos e povoados, sendo 11 masculinas, 7 femininas e duas mistas. Em 1890, havia 14 cargos de professores providos (4 normalistas e 10 não) e 6 vagos (4 nas freguesias e 2 em distritos ou povoados), enquanto em 1891, 17 providos (4 normalistas e 13 não) e 3 vagos.

A matrícula total em 1890 foi de 612 estudantes (com 359 frequentes e 36 prontos), sendo 377 do sexo masculino (189 frequentando e 12 prontos) e 235 do feminino (170 frequentes e 24 aprovados). Já em 1891 a matrícula total foi 607 estudantes, com 344 frequentes e 7 aprovados, sendo 257 do sexo masculino (com 137 frequentando e 4 aprovados) e 350 do sexo feminino (com 207 frequentando e 3 prontas).

Com base nestes dados, verifica-se que a matrícula por escola provida no município em 1890 foi de 45,71%, a frequência de alunos por escola de 25,64% e alunos prontos de 2,57%, ficando esses indicadores no município ainda bem superiores aos do agora Estado de Minas Gerais (36,03%, 17,8% e 1,5%, respectivamente). Já em 1891, a média de matrícula por escola com professor foi de 35,70%, a frequência por escola de 20,23% e de alunos prontos de apenas 0,41%. Este último índice foi o único do município que ficou bem abaixo da média do Estado de Minas, que foi de 1,04 alunos prontos por Escola, enquanto a matrícula e a frequência no município ficaram próximas a essas taxas computadas nesta unidade da federação brasileira (37,85% e 19,11%, respectivamente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo a respeito dos primórdios da instalação das cadeiras de instrução pública nas localidades que, aproximadamente, hoje fazem parte da microrregião de Viçosa, durante o período imperial no Brasil, esclareceu aspectos sobre o processo legal, social e político em que foi se institucionalizando a difusão das cadeiras do ensino, no

13 IP – 80: Quadro das cadeiras primárias existentes em Minas Gerais, por municípios, com o respectivo número de alunos matriculados frequentes (1890-1891).

qual se evidencia que o principal protagonismo desta iniciativa coube aos governos provinciais, seja pela omissão de responsabilidade e ingerência do governo central, seja pela falta de recursos e competência por parte dos poderes locais, dos municípios.

No caso da Província de Minas Gerais, tentamos acompanhar panoramicamente como essa ação legal e política de expansão da educação primária foi sendo tecida, primeiro por meio dos círculos literários, em que a distribuição de cadeiras não estava baseada na demanda social, quantitativa, mas na divisão eclesiástica, com a criação de escolas nas sedes de todas as paróquias e o abandono da base estatística para promover a distribuição de cadeiras, medidas que apontam as limitações e dificuldades de gestão, fiscalização e controle enfrentados por sucessivos governos provinciais e as precárias condições de funcionamento do ensino e suas implicações para a incompletude de dados e informações estatísticas encontradas sobre matrícula, frequência e promoção dos estudantes, durante quase todo este período, inclusive nas localidades investigadas.

Neste sentido, o uso de outras fontes primárias e secundárias, nos permitiu identificar as freguesias e os distritos pioneiros, na microrregião de Viçosa, em demandar e instituir a instrução provincial no seu núcleo de povoamento, aparentemente a partir de 1848, para o sexo masculino e de 1872, para o sexo feminino, quando se toma como referência o primeiro ato de posse do professor na cadeira encontrado nos diferentes documentos consultados. Após o surgimento do município de Viçosa, em 1876, observa-se que a mediação para a criação de escolas passa por este ente político e administrativo e que, no final do império, todos os distritos do município terão ao menos uma cadeira masculina e outra feminina, enquanto o distrito sede terá duas cadeiras masculinas e duas femininas e a freguesia (Teixeiras) terá apenas uma cadeira (masculina).

A ampliação de cadeiras de instrução pública em Minas Gerais nas décadas de 1870 e 1880, veio acompanhada de outras iniciativas voltadas para tornar o ensino elementar mais efetivo nesta província, seja por meio da melhoria da fiscalização e controle da instrução pública, seja através do fortalecimento do serviço de estatística. Neste sentido, ao final da década de 1880 já foi possível identificar no inventário da

instrução pública do APM, os mapas e quadros com o número total de cadeiras, por cidades e vilas, freguesias e distritos e nos povoados, providas ou vagas, com a formação e função dos professores e com a matrícula, frequência e aprovação dos alunos e alunas.

Neste sentido, após apresentar sucintamente alguns aspectos e dados da instrução pública desta província que, provavelmente era a mais importante, em termos econômicos e sociais, durante o Império no Brasil, passamos a apresentar os dados e informações obtidos sobre o processo de difusão da escolaridade elementar no município de Viçosa sobretudo ao final do regime imperial e início da república no Brasil.

Com base nestes dados, verifica-se que a matrícula por escola provida no município em 1890 foi de 45,71%, a frequência de alunos por escola de 25,64% e alunos prontos de 2,57%, ficando esses indicadores no município ainda bem superiores aos do agora Estado de Minas Gerais (36,03%, 17,8% e 1,5%, respectivamente). Já em 1891, a média de matrícula por escola com professor foi de 35,70%, a frequência por escola de 20,23% e de alunos prontos de apenas 0,41%. Este último índice foi o único do município que ficou bem abaixo da média do Estado de Minas, que foi de 1,04 alunos prontos por Escola, enquanto a matrícula e a frequência no município ficaram próximas a essas taxas computadas nesta unidade da federação brasileira (37,85% e 19,11%, respectivamente).

A partir destes números obtidos sobre a educação entre 1890 e 1891, infere-se que o ensino elementar legado pelo império nesta província e, particularmente, neste município apresentou um baixo índice de rendimento quantitativo e qualitativo, seja pelo grande número de cadeiras vagas, desprovidas de docentes (20,9 e 26,06%), seja pelo pequeno percentual de professores normalistas atuando (25,97 e 27,35%) ou ainda a baixa taxa de frequência (25,64% e 20,23%) e de aprovação dos estudantes de ambos os sexos nas escolas em funcionamento (2,57% e 0,41%), respectivamente nestes dois anos mencionados, como já demonstrado anteriormente. Também não identificamos na

documentação consultada, registro sobre a existência de cadeiras particulares de instrução primária e média.

Não obstante a constatação da baixa produtividade e das fragilidades na condução da gestão e inspeção destas escolas, o registro dos dados e informações sobre as cadeiras de instrução pública provinciais de Minas Gerais, no final do período investigado, refuta aquela observação feita por Fernando de Azevedo sobre a inexistência de escolas no Império, conforme mencionado inicialmente neste artigo.

REFERÊNCIAS

- APM. **Notação IP – 07: Matrícula dos professores (1868-1893).**
- APM. **Notação IP - 08: Matrícula dos professores dos Círculos Literários (1836 – 1882).**
- APM. **Notação IP - 11: Matrícula dos professores de instrução primária (1844-1874).**
- APM. **Notação IP - 12: Matrícula dos professores de instrução primária (1854-1874).**
- APM. **Notação IP – 29: Matrícula dos professores de instrução primária (1869-1893).**
- APM. **Notação IP – 30: Matrícula dos professores de instrução primária (1854-1894).**
- APM. **Notação IP – 42: Matrícula dos professores de instrução primária (1877-1887).**
- APM. **Notação IP – 56: Matrícula dos professores de instrução primária (1885-1893).**
- APM. **Notação IP – 60: Matrícula dos professores de instrução primária (1890-1893).**
- APM. **Notação IP – 80: Quadro das cadeiras primárias existentes em Minas Gerais, por municípios, com o respectivo número de alunos matriculados frequentes (1890-1891).**
- APM. **Notação IP – 162: Correspondência expedida pela Inspeção da Instrução Pública a Fazenda Provincial (registro), 1875.**
- APM. **Notação IP - 178, Mapas de Instrução Pública, registro de localidades, número de cadeiras, provimento dos professores, matrícula e frequentes de alunos (1885-1888).**
- APM. **Notação IP – 193: Correspondência expedida pela Inspeção da Instrução Pública à Fazenda Provincial (1885).**
- CAPRI, R. **Minas Gerais e seus municípios.** São Paulo, Capri, Andrade e C Editores. 1916.

- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GAIO, Roberta Cortez.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, Regina. **Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, Roberta Cortez. (org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.
- LOPES, E. M. T. e GALVÃO, A. M. O. **História da Educação**. RJ, DP&A Ed., 2001.
- MOACYR, P. **A instrução e o Império**. 1º vol, 1936, 1ª Ed, p. 189. Brasiliana Eletrônica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-1-vol/texto>. Acesso em: 07 de abril de 2017.
- MOACYR, P. **A instrução e o Império (1854-1889)**. 3º vol, 1938, Cia. Ed. Nacional. Brasiliana Eletrônica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-o-imperio-3-vol>. Acesso em: 19 de abril de 2017.
- MOACYR, P. **A instrução e as Províncias (1834-1889)**. Vol. III, 1940, 1ª Ed. Brasiliana Eletrônica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-iii>. Acesso em: 19 de abril de 2017.
- MOURÃO, P. K. C. **O ensino em Minas Gerais no tempo do Império**. Belo Horizonte, Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1959.
- PERES, T. R. Educação brasileira no Império. IN: PALMA FILHO, J.C. **Pedagogia cidadã: Caderno de Formação - História da Educação**. 3ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Ed, 2006.
- SCHELLENBERG, Nilza Teixeira Soares. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- VIÇOSA, MG. **Caderno de Atas da Câmara Municipal de Viçosa**, 1878, s/p.
- VIÇOSA, MG. **Caderno de Atas da Câmara Municipal de Viçosa**, 1879, s/p.